



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS ERECHIM

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

TIAGO FRANCISCON

**ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE VIADUTOS: A PERMANÊNCIA NO CAMPO
É POSSÍVEL?**

ERECHIM

2019

TIAGO FRANCISCON

**O ÊXODO RURALNO MUNICIPIO DE VIADUTOS: PERMANECER NO
CAMPO É POSSÍVEL?**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado
como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em
História da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientadora: Prof.^a Dra. Isabel Rosa Gritti

ERECHIM

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Franciscon, Tiago

Exôdo rural no município de Viadutos: permanecer no campo é possível? / Tiago Franciscon. -- 2019.

51 f.:il.

Orientadora: Doutora Isabel Rosa Gritti.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
História-Licenciatura, Erechim, RS, 2019.

1. O ÊXODO RURAL EM TERMOS GERAIS O LIBERALISMO
ECONÔMICO. 2. CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO. 3. A CENTRALIDADE
DO TRABALHO. 4. ANÁLISE GERAL. 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.
I. Gritti, Isabel Rosa, orient. II. Universidade Federal
da Fronteira Sul. III. Título.

Tiago Franciscan

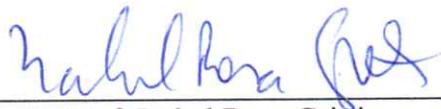
Título: O êxodo rural no município de Viadutos: a permanência no campo é possível?

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

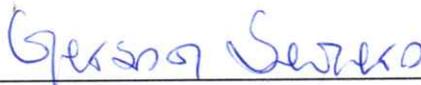
Orientador: Prof. Isabel Rosa Gritti

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

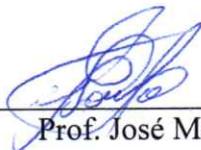
Banca examinadora:



Prof. Isabel Rosa Gritti



Prof. Gerson Egas Severo



Prof. José Martins dos Santos

Dedico a todos os agricultores da região, e também aos que deixaram suas propriedades rurais para a busca de condições melhores de vida em outros lugares.

AGRADECIMENTOS

A todos que encontrei em busca de um objetivo de vida. Aos que contribuíram e participaram assiduamente ou mesmo às singelas contribuições nesta minha trajetória acadêmica.

A todos os colegas e pessoas que conheci na jornada percorrida dentro da Licenciatura, onde os debates e acirradas discussões nos permitiram crescer como pessoa e intelectualmente.

Aos professores que na incansável construção do conhecimento sempre se colocaram à disposição para que juntos pudéssemos desenvolver o saber, levantando questões com temas diversos, tendo como base a pluralidade e o respeito.

Aos meus pais, e a minha irmã Vania Franciscon, que alavancaram as buscas por dados e contribuíram de forma significativa para a realização deste trabalho.

A minha esposa Jaqueline Janaina Paz, por passar horas me ajudando na procura de subsídios para meu TCC, e entendendo os motivos dos momentos que não pude me fazer presente, junto a família e principalmente a minha filha Sofia Franciscon, nascida em 28/03/18. Compreendendo que eu precisava desenvolver o trabalho de conclusão de curso, e com isso conseguir a primeira graduação.

A Prof.^a Dra. Isabel Rosa Gritti que por sua vez teve grande importância para mim como educadora, onde minha admiração pela mesma transpassa o viés acadêmico e a coloca como grande incentivadora da minha caminhada acadêmica e pessoal, transbordando conhecimento e força, na luta e trabalho ativo contra a desigualdade social.

A todos os entrevistados envolvidos, que mesmo com seus afazeres da vida cotidiana colaboraram com os questionamentos propostos, disponibilizando seus materiais para o complemento do trabalho, e enriquecendo a pesquisa.

Compreender e reconstruir a relação entre comunidade e escola se torna um desafio necessário à qualificação da prática docente, de modo que esta se volte para a realidade, comprometendo com a construção de uma formação educativa capaz de superar as contradições geradas no antagonismo socioeconômico, político e cultural, que enraizaram na escola por meio de uma pedagogia tradicional e bancária (FREIRE, 1987).

RESUMO

Este trabalho tem como foco principal compreender o êxodo rural no âmbito geral, porém suas pesquisas concentram-se na busca pelo entendimento de um estudo de caso no Município de Viadutos. Tendo como problema o grande êxodo rural ocorrido no Município, busca-se o entendimento de tal fenômeno, afinando-se para um estudo mais específico na Comunidade de Linha 4 Município de Viadutos onde esse movimento se desenvolve com mais intensidade. O estudo tem dois objetivos centrais: 1º Compreender o êxodo rural de forma geral e o que gira entorno deste movimento, as causas vivenciadas pelo Brasil e o Município de Viadutos; 2º Entender as causas e as razões pelas quais os agricultores da comunidade da Linha Quatro abandonam suas propriedades e migram para outras regiões e polos industriais, delineando assim a trajetória para que possamos ter uma base a partir de um estudo de caso para compararmos futuramente com outras regiões do país. Para melhor compreendermos a questão do êxodo rural dividimos o texto em cinco capítulos. No 1º e 2º capítulo apresentamos o problema a ser pesquisado com ênfase em uma análise mais abrangente sobre o tema abordado, no 3º capítulo um contexto sobre a imigração ocorrida na região de estudo, o 4º uma análise geral sobre a questão abordada e 5º algumas considerações finais sobre o tema.

Palavras-chave: Êxodo rural. Agricultura. Cooperativismo. Processos econômicos.

ABSTRACT

The focus of this work is to understand the rural exodus in the general context, but its research focuses on the search for an understanding of a case study in the Viadutos municipality. Based on the great rural exodus occurring in the municipality, it seeks to understand this phenomenon, bottlenecks to a more specific study in the community of Line 4 Viadutos municipality, which this movement develops with more intensity. The study has two core objectives: 1° Understanding the rural exodus of general forms which revolves around this movement; 2° Understand the causes and motives to which farmers in the community abandon their properties and migrate to other regions and industrial poles, thus outlining the trajectory so that we can have a basis from a case study to compare in the future With other regions of the country. And finally a general analysis of the research carried out. This work by regional development as a theoretical and field research, reveals in itself an intrinsic relationship between cultural, political, social and, undoubtedly, economic elements, in addition to revealing a discusses on the part of our politicians with the situation in the countryside and with family farmers in Alto Uruguay.

Keywords: Rural exodus. Agriculture. Cooperativism. Economic processes.

LISTA DE SIGLAS

AMAU	Associação dos Municípios do Alto Uruguai
BM	Banco Mundial
COTREL	Cooperativa Triticola de Erechim LTDA
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAESC	Federação da Agricultura e Pecuária e Pecuária do Estado de SC
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PCA	Programa para Construção e Ampliação de Armazéns
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio e Produtor Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	DESENVOLVIMENTO.....	14
2.1	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.2	O ÊXODO RURAL EM TERMOS GERAIS O LIBERALISMO ECONÔMICO.....	14
2.3	BRASIL E A QUESTÃO AGRÁRIA.....	17
2.4	O ALTO URUGUAI E SEUS DESAFIOS.....	19
2.5	COOPERATIVISMO.....	23
3	CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO.....	26
3.1	O ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE VIADUTOS-RS.....	26
3.2	O ÊXODO RURAL NA COMUNIDADE DE LINHA QUATRO NO MUNICÍPIO DE VIADUTOS-RS.....	27
3.3	A CENTRALIDADE DO TRABALHO.....	29
3.3.1	UNIDADE FAMILIAR 1 – FAMÍLIA HERMES FRANCISCON.....	30
3.3.2	UNIDADE FAMILIAR 2 – FAMÍLIA BOLZAN PIGATTO.....	30
3.3.3	UNIDADE FAMILIAR 3 - FAMÍLIA NELSA PIGATO.....	31
3.3.4	UNIDADE FAMILIAR 4 – FAMÍLIA OSTROZSKI.....	33
3.3.5	UNIDADE FAMILIAR 5 – FAMÍLIA SCHAFFER.....	33
3.3.6	UNIDADE FAMILIAR 6 – SERGIO BOCCA.....	34
3.3.7	UNIDADE FAMILIAR 7 – JANDIRO FRANCISCON.....	34
3.3.8	UNIDADE FAMILIAR 8 – PEREIRA DUARTE.....	34
3.3.9	UNIDADE FAMILIAR 9 - VINICIUS BOCCA.....	35
3.3.10	UNIDADE FAMILIAR 10 -FRANZEM.....	35
4	ANÁLISE GERAL.....	36
4.1	REFLEXÃO SOBRE O ÊXODO RURAL.....	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS.....	41
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	46
	ANEXO A –	
	FOTOS.....	39

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo compreender as principais questões ligadas ao êxodo rural no Brasil de uma forma geral. Em seguida a presença da agricultura familiar no Alto Uruguai, seus desafios e suas contradições. Neste sentido aponta-se inicialmente as condições do lugar e a persistência nesta região, as lutas dos movimentos sociais para a preservação dos Agricultores Familiares, e por fim, uma terceira questão é um estudo de caso focado em identificar as causas e motivos do êxodo rural na comunidade de Linha 4 município de Viadutos.

A palavra “Êxodo” vem do grego, significa saída, partida ou caminho. Se refere ao movimento de um grande número de pessoas durante certo período. Por conseguinte, estas populações podem se dirigir a outras áreas rurais, todavia, o destino mais comum delas são os centros urbanos. O êxodo rural é um movimento social que cresce desordenadamente no Brasil. Este movimento social vem ocorrendo há muito tempo e atingiu o auge na Revolução Verde. Neste período, grandes contingentes de migrantes se deslocaram do meio rural em direção aos centros urbanos. A população rural brasileira atingiu seu máximo em 1970, com 41 milhões de habitantes, o que correspondia a 44% do total. Desde então o meio rural vem sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto, chegando aos dias de hoje com um total de 29, 37 milhões de habitantes, ou seja 15% do total nacional” (IBGE, 2010). De 2010 para cá esses números aumentaram ainda mais. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), até 2050 a população rural brasileira terá em torno de 16 milhões de habitantes, enquanto que a população urbana será algo em torno de 240 milhões, apenas 6% da população estará no campo enquanto que 94% na área urbana.

Há uma crescente demanda por alimento e uso de tecnologias na agricultura. A tecnologia cada vez mais está presente em máquinas usadas no campo para aumentar a produtividade considerando recursos limitados de terra, água e energia. Em contrapartida, o êxodo rural está crescendo, aumentando a escassez de mão de obra no campo, principalmente especializada. Mudanças importantes também são observadas na dinâmica populacional. O Alto Uruguai tem se caracterizado por ser uma região de expulsão populacional, haja vista a redução da sua população total. Pode-se considerar que as migrações revelam tanto a expropriação direta da propriedade da terra, como a precarização e expropriação das condições de trabalho familiar. A expropriação direta da propriedade da terra seria uma consequência da concentração fundiária a partir da incapacidade dos agricultores de alcançar índices de

produtividade, seja pela precariedade dos meios de produção, seja pelos problemas de fertilidade do solo ou tamanho da propriedade. Já a expropriação das condições de trabalho estaria diretamente ligada à mecanização da agricultura, substituindo a força de trabalho humano e animal pela mecânica.

O objeto de estudo que analisaremos é a comunidade da linha 4 no Município de Viadutos, localizada a cerca de 13 Km da área urbana. Hoje por volta de vinte famílias moram na comunidade onde a agricultura familiar de subsistência é predominante, lotes com média de 30 hectares cultiváveis por unidade familiar delineiam a formação de uma área agrícola voltada a produção de alimentos, atividade leiteira, suinocultura e produção agrícola de comercialização de excedentes.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O êxodo rural corresponde ao processo de migração em massa da população do campo para as cidades, fenômeno que costuma ocorrer em um período de tempo considerado curto, como o prazo de algumas décadas. Trata-se de um elemento diretamente associado a várias dinâmicas sócio espaciais, tais como a urbanização, e a concentração fundiária e a mecanização do campo.

2.2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ÊXODO RURAL

O mercado capitalista de produção introduz a agricultura familiar no Brasil para atender o mercado interno, as transformações e as novas exigências, exigem mudanças em suas formas de produção e comercialização de seus excedentes.

A transferência da riqueza pública em favor da iniciativa privada tanto pode se dar através de investimentos em infraestrutura e setores básicos, quanto pela retirada do Estado daqueles espaços, desde que tenham se tornados atrativos à iniciativa privada, ou ainda, através de políticas de crédito e de subsídios. (PIRAN,2001 p.96)

As velhas tecnologias, são consideradas ultrapassadas e dispensáveis como os velhos trabalhadores. De acordo com Piran. “Viabiliza um novo ciclo de acumulação, cada vez mais acumulador e centralizador, profundamente seletivo e excludente” (PIRAN,2001 p.95) A proposta neoliberal, segundo Piran é que nos anos 90 o capitalismo busca um novo patamar tecnológico e implementa a globalização de mercado, assim como o MERCOSUL, também provocou impactos negativos sobre a produção familiar da região o que provoca novas lutas e adaptações em seus sistemas de produção.

Economicamente, as consequências são a concentração de capitais nos países ricos (excluem-se os subdesenvolvidos). Os países pobres contribuíram para isso com o pagamento da dívida externa, queda de preços dos produtos exportados, a fuga dos capitais. Para os países pobres, o FMI receita: recessão, nova divisão internacional do trabalho, fim da intervenção do estado na economia.

Para termos uma melhor noção quando falamos em capitalismo devemos nos remeter e estudar com mais ênfase a revolução francesa, onde surge uma nova classe dominante a classe burguesa. Antes do século XVIII as pessoas estão presas a terra em um sistema chamado feudalismo, sendo a terra um sujeito ativo e as pessoas sujeitos passivos nas organizações sociais, sendo composta por três classes sociais, clero, nobreza e servos. Com as grandes navegações se expandindo nos dos séculos XVII e XVIII, os produtos começam a circular na Espanha alavancando o comércio e desenvolvendo uma nova classe chamada burguesa, ou mercadores. (Wikipédia A Historia do liberalismo)

Os indivíduos da classe burguesa começam a se organizar mas ficam de fora das três classes citadas anteriormente, surgindo então junto com a classe um sentimento ao qual o indivíduo passa a ter interesse próprio, surge o individualismo sendo a lei da barganha e da oferta e procura e a lei da concorrência.

No final da Idade Média os estados eram absolutistas e o rei começa a interferir no mercado cobrando impostos para a comercialização dos produtos circulando dentro dos feudos, desestabilizando assim o mercado, sendo que a burguesia entende que não existe comércio sem liberdade de comércio. Fazem então leis, para impedir o poder do rei e criam a monarquia constitucional, as leis são para limitar o poder do estado (estado mínimo). Daí o liberalismo e a liberdade da burguesia para o livre comércio, muito confundida por cidadãos comuns em dias atuais. (MEIKSINS 2001 p.83)

Ainda segundo Meikins o liberalismo, não era de início, uma teoria de caráter democrático. A democracia baseia-se na participação da maioria e da igualdade, e este princípio surge somente no *sufrágio universal*. O liberalismo é uma teoria de liberdade política e econômica, em suas origens defendia a plena liberdade de mercado, marcado pelos entraves comerciais da monarquia, o Estado de Direito, ou seja, o Estado regido por uma constituição livremente votada por integrantes da nação e dividido entre poderes Judiciários, Legislativo e Executivo.

De acordo com Losurdo Domenico conceito da palavra liberalismo, surge após a Revolução Francesa, para designar um conjunto de ideias políticas e econômicas que defendiam os conceitos de liberdade e autonomia individual. Surge com John Lock na revolução inglesa em 1688 – 1689, na França surge com Montesquieu e dos pensadores iluministas sobre os Estados e os Direitos Naturais. Tanto John Lock quanto os pensadores iluministas acreditavam que a liberdade consiste em um direito natural inerente a todos os seres humanos desde o nascimento. A função do Estado seria defender e proteger essa

liberdade, assim como no direito à propriedade, o de consciência e o de livre manifestação do pensamento. Essas ideias são a base para o liberalismo político. Na economia, pensadores liberais argumentavam que, a única forma de alcançar o bem estar da sociedade, seria garantindo aos indivíduos e as empresas a liberdade de iniciativa. A intervenção do Estado, para os liberais, deveria ser limitada ao mínimo indispensável. O liberalismo econômico começou a ser proposto no século XVIII, pelos fisiocratas franceses, cujo lema era, “deixe fazer deixe pensar” (*laissez faire passer*), sugere que um mercado e não o Estado regulasse a economia. Entretanto com o Escocês Adam Smith, foi quem deu ao liberalismo econômico uma formulação mais completa, defendendo que o caminho da prosperidade das pessoas e dos países, estava na livre organização das atividades produtivas e comerciais. Segundo ele, o próprio mercado com sua mão invisível se asseguraria de melhorar a distribuição de renda entre os indivíduos, corrigindo as injustiças sociais. Nasceu assim o Estado Neoliberal, protagonizado por Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos EUA. O neoliberalismo compreende a liberação urgente e generalizada das atividades econômicas compreendendo a produção, distribuição troca e consumo, priorizando as liberdades relativas a atividades econômicas, criação do BM e o FMI, fundando uma forma econômica Mundial para reger a economia.

Tanto a mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico, como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviram para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando também as relações de produção no campo. Além da mecanização expulsar a mão-de-obra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores, houve também a territorialização do capital. Isto provocou um forte êxodo rural (de quase 30 milhões de pessoas entre 1960-80), além de crescente assalariamento da força de trabalho agrícola, muito da qual passou a residir nas cidades. Como resultado dessas transformações, o processo de urbanização brasileiro mostrou uma face qualitativamente diferente na década de 70. Pela primeira vez na história moderna, as áreas rurais tiveram uma redução absoluta de população. O número de cidades cresceu rapidamente, assim como a proporção da população total em algumas macrocidades.

A aparente força do neoliberalismo e dos grandes conglomerados, seja no nível nacional ou internacional, tem ajudado a propagar a crença de que sem escala de produção não há salvação econômica. Daí para a dedução de que não há mais lugar para os pequenos é apenas um passo no discurso político. Em síntese, o argumento é simples. No sistema capitalista há vantagens inerentes à produção em maior escala. Neste novo cenário, não basta

terra para poder produzir: é preciso dispor de capital. Além disso, para viabilizar a adoção de novas técnicas, é preciso ser mais informado, ter atitudes empresariais e capacidade de endividamento. Na verdade, a lógica da vantagem de escala na agricultura brasileira é fortemente atrelada à experiência da soja. A expansão mecanizada da soja sobre algumas das melhores terras planas, numa conjuntura interna e externa muito favorável.

(http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000100003)< acesso em dez 2018

2.3 BRASIL E A QUESTÃO AGRÁRIA

No Brasil, o êxodo rural vem ocorrendo há muito tempo e atingiu o auge na Revolução Verde. Neste período, grandes contingentes de migrantes se deslocaram do meio rural em direção aos centros urbanos. Após a Independência do Brasil em 1822 se faz a ruptura com Portugal e a ausência de uma legislação própria Brasileira que regulamentasse a posse da terra. Tivemos pequenos períodos em que homens livres podiam ocupar pequenas áreas de terras devolutas (Sem títulos) mas durou até 1851 com a lei 601 LEI DE TERRAS DE 1850, onde foi também de grande importância para o acúmulo de terras, pois a lei de terras de 1850 estabelecia que a única maneira de se obter a posse das terras é a compra das mesmas, restringindo assim, o acesso à terra a quem tivesse dinheiro para paga-las.

A organização e luta dos trabalhadores do campo pela resistência, de 1500 até 1930, situa-se na economia brasileira que tinha por base a extração de seus abundantes recursos naturais, particularmente a madeira e as pedras preciosas e os diversos ciclos de produção agrícola, sendo os mais importantes os ciclos da cana-de-açúcar, da borracha, do cacau, e do café. Um processo de produção econômica voltado exclusivamente para a exportação, para o enriquecimento dos países europeus e a contribuição na construção do volume de capital necessário para o início do desenvolvimento do capitalismo, motivados pela I Revolução Industrial (meados do século XVIII) e pela II Revolução Industrial (meados do século XIX). Enquanto a Europa acumulava e se preparava para desenvolvimento capitalista, o Brasil tinha

como eixos do desenvolvimento, a economia agrícola para a exportação, os grandes latifúndios e o trabalho escravo. À margem do latifúndio e, de certa forma clandestinamente, a produção agrícola familiar sobrevivia e alimentava os poucos e pequenos centros urbanos existentes. (GIANOTTI, 1990)

O direito ao acesso à terra (particularmente a partir da Lei de Terras de 1850 que transformou a terra em mercadoria, objeto de compra e venda) e o direito à vida e à liberdade são os principais focos que exigem organização, mobilização e luta dos trabalhadores. No entanto, são processos de organização e luta marcados pelo caráter da regionalidade, sem processos de articulação e nem estratégia de ampliação. O tamanho do território brasileiro, as distâncias e as dificuldades de comunicação, entre outras, explicam o processo de lutas mais isoladas.

Os povos indígenas originários deste país e as populações africanas trazidas como escravos construíram inúmeros focos de organização, resistência e luta. Entre os mais conhecidos estão os quilombos, espalhados pelo Brasil todo, mas tendo como referência o Quilombo dos Palmares (durou mais de um século, tendo seu auge por volta de 1650-1690), sob a liderança de Zumbi, as importantes lutas indígenas, tendo como uma das referências as Missões dos Sete Povos dos guaranis no Rio Grande do Sul, no século XVIII, também resistiu por mais de cem anos e a resistência ativa nordestina através dos cangaceiros.(FETRAF-BRASIL/CUT)

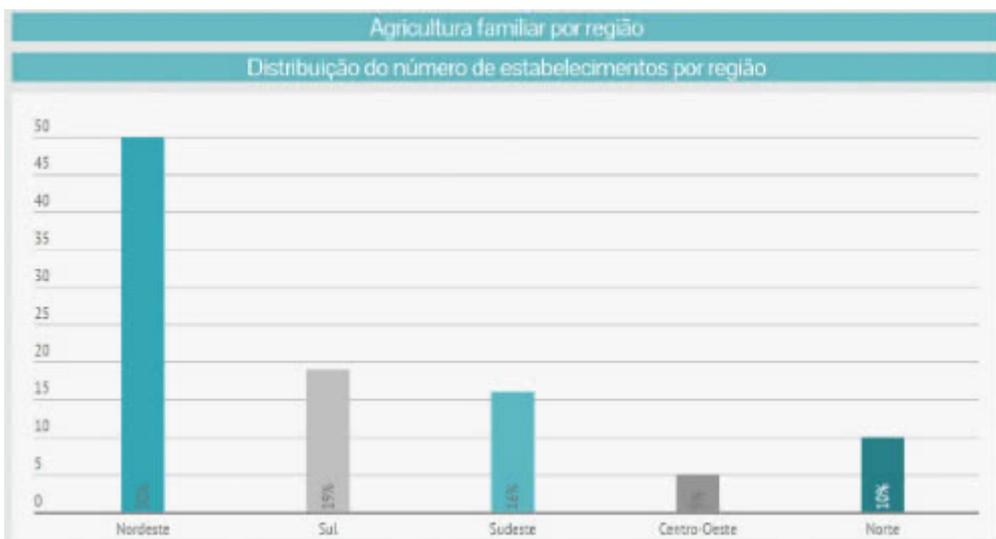
Na Bahia, agricultores sem-terra, após uma longa peregrinação fixaram-se no arraial de Canudos, em 1893, num lugar que denominaram Belo Monte, tendo Antônio Conselheiro como a principal liderança. A organização econômica da comunidade se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente para os velhos e desvalidos. Era um movimento social messiânico que não queria se submeter à lógica coronelista e latifundiária. Foram acusados de defender a volta da monarquia. Por isso, foram declarados inimigos de guerra. E assim começou a guerra contra Canudos. Expedições Militares contínuas foram enviadas a Canudos entre outubro de 1896 e outubro de 1897, os ataques do exército foram enfrentados e refreados até o cerco completo e o massacre do povo de Canudos. Mas, Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo, sendo dizimado no dia 5 de outubro de 1896, quando foram mortos os seus últimos defensores por cinco mil soldados. Foi a guerra mais trágica e mais violenta do Brasil.(FETRAF-BRASIL/CUT). Nos estados do

Paraná e Santa Catarina, os coronéis controlavam a terra e a vida dos agricultores. Na primeira década deste século, na região fronteira destes estados entrega de terras à empresa inglesa para a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, gerou a expropriação de agricultores, que organizaram a resistência, sob a liderança do monge João Maria, iniciando em 1912, em Campos Novos (SC), onde se organizou um movimento de caráter político-religioso. Foram vários enfrentamentos com a Polícia, contra o Exército e com os jagunços. Milhares de agricultores foram assassinados. Vencidos, reorganizavam-se e retomavam as lutas de resistência até o massacre final. Foi no Contestado que, pela primeira vez, utilizou-se o avião como instrumento de guerra. (FETRAF-BRASIL/CUT)

Para Gianotti em 1960, no Brasil, durante o governo de JK (Juscelino Kubitschek) houve um grande investimento no desenvolvimento industrial nas grandes cidades da região sudeste. Com a abertura da economia para a capital internacional, diversas multinacionais, principalmente montadoras de veículos, construíram grandes fábricas em várias cidades, como por exemplo São Paulo e Guarulhos. O resultado disso foi um grande êxodo rural do Nordeste para o Sudeste do país. Os migrantes nordestinos, fugitivos da seca e do desemprego, foram em busca de trabalho e melhores condições de vida nas grandes cidades do Sudeste. Este processo estendeu-se com força durante as décadas de 70 e 80. Como estas cidades não ofereceram condições sociais aos migrantes, houve o esperado: aumento das favelas e cortiços, desemprego, aumento da violência, principalmente nos bairros de periferia. Esse fato pode ser justificado pelo papel imposto ao setor agrícola: fornece capital e divisas para a expansão do setor industrial. Ao mesmo tempo, ainda predominavam na agricultura brasileira, juntamente os latifúndios improdutivos, com terras férteis, na mão de um número reduzido de grandes proprietários, as grandes propriedades agrícolas voltadas para a exportação; entretanto, apresentando baixo nível de aproveitamento do solo e de produtividade. A política agrícola foi, e ainda é, direcionada por grupos de interesses, que dominam os processos de financiamento rural desde a pesquisa à concessão do crédito.

A década de 90, por fim, agricultores enfrentavam impactos da abertura comercial, falta de crédito, e queda de preço dos principais produtos de exportação, assim de 1960 aos anos 2000, de acordo com o censo, constatou-se mais de 40 milhões de brasileiros que trocaram o campo pela cidade. Isso se deve, em parte, ao programa de reforma agrária, do aumento da oferta de empregos rurais não agrícolas em hotéis-fazenda, *spas*, pesqueiros, pousadas, comércio no entorno. Tanto no Brasil, quanto em outras regiões do mundo, o êxodo rural ocasiona o crescimento desordenado dos centros urbanos, gerando um verdadeiro caos

metade desse percentual está concentrado na região nordestina. O nordeste é responsável por cerca de 1/3 da produção total.



Agricultura familiar por regiões (Dados do Embrapa)

No entanto, as dificuldades enfrentadas por esses pequenos agricultores e a expansão do agronegócio tem levado a inúmeros problemas de ordem social e econômica. A mecanização, por exemplo, é um fator determinante e que tem levado ao êxodo rural de diversas famílias. Ela tem diminuído consideravelmente as taxas de emprego no campo.

Piram enfatiza que no Alto Uruguai, encontramos agricultores familiares, que, por razões diversas, não conseguiram ingressar no modelo técnico- produtivo da chamada Revolução Verde, onde a força de trabalho animal ainda é utilizada. O mesmo entende isso como um exemplo típico do processo de modernização da agricultura, que privilegiou regiões, produtos e produtores, um sistema de cooperação que transpasse o sistema de ajuda mútua, mas que abrange até organizações de mercados, para fins de controlar os preços, melhor preço de compra e venda, maior facilidade ao acesso ao crédito e assistência técnica, novas tecnologias com menor custo.

O alto Uruguai é uma região em transformação por forças das novas exigências do capital que impõe mudanças à produção e aos agricultores. Um novo ordenamento/reordenamento desta porção do território está em curso. Destrói-se a organização atual para construir uma outra, aduada as novas exigências. O resultado final deste grande processo, em grande parte, depende dos embates em curso entre agricultores familiares e representantes do setor empresarial(agroindústrias). (Piran 2001, p.173)

Entende-se que é por meio das relações estabelecidas entre a unidade familiar e o ambiente social e econômico que resultam iniciativas e ações dos indivíduos e das famílias

para fazer frente a processos sociais e econômicos. Isso se caracteriza por meio da crescente exigência de aperfeiçoamento tecnológico (como máquinas e equipamentos agrícolas, uso de adubos e fertilizantes químicos, de sementes geneticamente melhoradas, etc.), da ampliação da escala de produção, etc., que podem ser resumidas na ideia da ampliação da mercantilização e integração dos agricultores em uma sociedade capitalista

Mudanças importantes também são observadas na dinâmica populacional. O Alto Uruguai tem se caracterizado por ser uma região de expulsão populacional, haja vista a redução da sua população total. Pode-se considerar que as migrações revelam tanto a expropriação direta da propriedade da terra, como a precarização e expropriação das condições de trabalho familiar. A expropriação direta da propriedade da terra seria uma consequência da concentração fundiária a partir da incapacidade dos agricultores de alcançar índices de produtividade, seja pela precariedade dos meios de produção, seja pelos problemas de fertilidade do solo ou tamanho da propriedade. Já a expropriação das condições de trabalho estaria diretamente ligada à mecanização da agricultura, substituindo a força de trabalho humano e animal pela mecânica. A redução da população rural e mesmo total serve como um indicador do baixo nível de absorção da mão de obra no meio rural e de diversificação das atividades econômicas, fazendo com que a mão de obra migre para outras regiões na busca de emprego. É sob essa perspectiva que se entende a agricultura familiar do Alto Uruguai como poupadora de mão de obra e pouco diversificada no âmbito da produção, caracterizando-se pelo elevado grau de integração e especialização, com sistemas de cultivo exigentes em inovações tecnológicas, porém pouco intensivos no uso de mão de obra. (IBGE, 2018)

Na região deste estudo, isso invariavelmente leva a situações de fragilidade social e econômica de muitas famílias, enquanto outras conseguem ascender socialmente e diferenciando-se das demais. Cada vez mais os fatores de produção, principalmente terra e capital, assumem importância maior junto à agricultura familiar. Por um lado, isso demonstra uma necessidade crescente de estabelecer vínculos mercantis, mas por outro uma capacidade, que deve ser ressaltada, de se fortalecer em ambientes marcadamente mercantis.

Por fim, é importante registrar que as situações de vulnerabilidade social caracterizadora das famílias rurais investigadas também resultam das dificuldades de obtenção de economias de escala. Esses ganhos em produtividade, especialmente da terra, são impossibilitados pelas carências tecnológicas e pelos limites impostos pelo reduzido tamanho das propriedades rurais, fundamentalmente as que se dedicam à produção de commodity agrícola, como é o caso da soja e do milho. Tais estratégias produtivas, quando associadas às

dinâmicas regionais de desenvolvimento, acabam por limitar – sem impedir totalmente – a possibilidade de construção de estratégias alternativas, sejam individuais ou coletivas e de fortalecimento dos processos de tomada de decisão por parte dos agricultores. Ressalto que isso ocorre com vários produtores da região sendo que com o desaparecimento da Cooperativa Tritícola de Erechim muitos produtores perderam seus capitais de giro, onde os mesmos haviam depositados na Cooperativa.

Na região, de acordo com os dados da Emater o número de produtores de gado leiteiro diminuiu em 16,5% nos últimos dois anos em função de baixos preços e dificuldades de comercialização. Em 2015 eram 6.759 envolvidos na atividade e hoje são 5.647. O número de animais também recuou em torno de 4 mil, passando de 87.867 para 83.266, conseqüentemente, a produção diminuiu em 8 milhões de litros/ano, passando de 291.390 milhões/litros/ano para 282.555 milhões litros/ano – uma redução de 3%. Atribui essa queda ao preço recebido causado por três fatores: a importação do leite; alta oferta de produto nacional, pois no verão ele planta grãos e no inverno sobram muitas áreas, aumentando a oferta de pasto, conseqüentemente, a produção de leite fica cerca de 50% acima da média. Ou seja, a média é de 10 litros/dia e hoje está em torno de 15 litros/dia. E o terceiro fator seria a crise econômica. O desemprego ainda está elevado no país e a instabilidade econômica provocou a queda no consumo de lácteos em pelo menos 20% em 2017. Nos últimos dois anos, cerca de 23% dos produtores no Estado desistiram da atividade e o número de animais diminuiu em 9%. Já a produção caiu em 2%. (Emater,2018)

Em uma conversa com o produtor rural Gleisson Maletzki que reside na comunidade da linha 4 Município de Viadutos o mesmo afirma que com a greve dos caminhoneiros realizada no mês de maio de 2018 o mesmo teve que jogar fora por volta de 5.000 lt de leite, sem contar o que fora absorvido para produção de derivados na propriedade como no caso fez-se o queijo. Gleisson ainda afirma “no total tive prejuízo de mais ou menos 8000 reais, mas a greve se fez necessária em razão do diesel”.

Além disso pode se enfatizar que o pequeno número de indivíduos nas comunidades acaba se tornando um empecilho para investimentos públicos, como estradas e também na área de qualidade de vida, pois sabe-se que a grande maioria dos investimentos são provenientes de ações políticas onde buscam locais com uma concentração maior de pessoas, para a aplicação de recursos, sendo que conseqüentemente consigam um número maior de votos. Assim, muitas vezes as pessoas que residem nas comunidades rurais ficam à mercê da boa vontade das autoridades.

A adequação à legislação ambiental e a desmotivação dos filhos podem impactar no desenvolvimento desta atividade no contexto socioeconômico regional. Torna-se necessário a formulação de políticas e projetos de desenvolvimento rurais voltadas a melhorar as condições socioeconômicas dos agricultores para garantir a continuidade da atividade e das propriedades

De acordo com Diniz para se combater o êxodo rural é preciso:

“...como por exemplo vem sendo muito bem feito no Estado de Rondônia, mais precisamente, no Município de Ariquemes. Como faz Ariquemes-RO, precisamos incentivar outros municípios do Brasil a promoverem: - O desenvolvimento de agroindústrias visando agregar valores aos produtos agrícolas, garantindo remuneração e geração de renda às famílias rurais; - A propagação nas Escolas Polo da ideia de assegurar aos jovens rurais conhecimentos acadêmicos teóricos e práticos que atendam não só a grade curricular do Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas também às necessidades do campo; - A presença do Policiamento na zona rural, atuando preventivamente no combate as infrações; - As manutenções e aberturas de estradas vicinais permitindo, tanto nos períodos de secas como nos de chuvas, o deslocamento das pessoas e o escoamento da produção; - O atendimento médico-odontológico preventivo na zona rural, evitando-se superlotações nas clínicas, postos de saúde e hospitais das cidades; - O lazer e a recreação através de realizações de festividades, construções de campos e quadras esportivas, academias, parques de diversões e outros na própria comunidade rural; - A assistência técnica e extensão rural, o associativismo, o cooperativismo e o sindicalismo.” (DINIS, acesso on line)

O Crédito Rural pode chegar ao produtor e às cooperativas de três formas diferentes de subsídio: custeio, investimento ou comercialização. Os créditos de custeio ficam disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços. Os programas de financiamento e apoio variam de acordo com a necessidade de cada produtor. Aos pequenos produtores, uma boa opção é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Aos médios produtores e proprietários rurais, o PRONAMP (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural). Aos grandes produtores e cooperativas rurais de produção que pretendem obter maior segurança e espaço para armazenar a colheita, se tem, entre outras, a opção do PCA (Programa para Construção e Ampliação de Armazéns).

De forma indireta, a sucessão vem se apresentando como um problema, não apenas para os agricultores, mas para os agentes de desenvolvimento local da região e as próprias empresas. O investimento nas propriedades, especialmente os infra estruturais, tais como reforma de galpões e esterqueiras, construção de silos, entre outros, fomentados pelas integradoras como necessárias na adequação a uma produção competitiva pode se tornar obsoleta nas propriedades em que não haverá filhos dispostos a permanecerem no lugar dos pais já na próxima geração. As propriedades que hoje não tem garantias quanto à permanência de, pelo menos, um filho, podem apresentar, em torno de 10 a 15 anos, a redução ou o fim em razão da não sucessão. Como consequência, pode haver o comprometimento do potencial produtivo local.

2.5 COOPERATIVISMO

O associativismo talvez seja o único instrumento para fixar a maioria das famílias no meio rural. A economia de Erechim e da região ainda depende do cooperativismo para crescer, apesar de algumas terem desaparecido do cenário regional. O sistema de cooperativismo é o grande gerador de emprego e renda, sem contar os impostos que gera para nossa cidade e demais municípios da região da AMAU. Até arriscaria dizer que boa parte destas cidades depende das cooperativas para manter suas portas abertas. O cooperativismo gera mais de 10 mil empregos diretos e indiretos no Alto Uruguai. Médicos, administradores, engenheiros, técnicos, enfermeiros, caminhoneiros, frentistas, auxiliares de indústria, granjeiros, agricultores familiares, faxineiros, entre outros . Sem contar que o associativismo é o único instrumento para fixar a maioria das famílias no meio rural. (<https://jornalboavista.com.br/21042018erechim-ainda-dependente-do-cooperativismo>)<acesso em ago2018

Hoje são mais de 20 cooperativas atuando com muita força no Alto Uruguai, só em nossa região temos a Cooperalfa, sucessora da Cotrel, a Aurora, Creral, Sicredi, Unimed, Unicredi, Cresol, Sicoob, Consumo, Transporte de Carga, Agricoop, CoopuSaúde, entre outras. É praticamente impossível sentarmos à mesa para fazer uma refeição e nela não encontrar pelo menos um alimento produzido por nossas cooperativas. Isso também vale quando procuramos tratamento de saúde, direta ou indiretamente, estamos nos tratando no cooperativado. O mesmo vale para parte dos nossos serviços bancários.

Andando pelo Município de Viadutos ainda hoje encontramos reflexos da desconstrução integral ocorrida pela e por causa de uma cooperativa; os reflexos de uma má administração tendo como política a exploração dos agricultores da região ainda é reflexo no campo no Município de Viadutos.

De acordo com o gerente da Cooperalfa da unidade do Município de Viadutos Volmir Dal Magro, onde a mesma se estabeleceu em agosto de 2017, e vem tendo grande atuação frente a esta situação dos agricultores no Município, o mesmo enfatiza que:

“...os objetivos da cooperativa ao entrar na região do Rio Grande foi a abertura de espaço da Cooperativa Cotrel, onde a mesma passava no momento crítico de falência e nos foi solicitado a entrada para dar amparo aos produtores associados desta cooperativa, além disso a Cooperalfa tem um compromisso de chegar nessa região e dar apoio a esses produtores, a fazer com que esses produtores cresçam e obtenham resultados positivos com suas atividades. Com a entrada da Cooperalfa na região outro objetivo também é ampliar o quadro social, haja visto que para uma cooperativa ser forte e permanecer no mercado ela deve ampliar seus negócios. Também com a entrada da cooperativa de uma certa forma vai ter-se um equilíbrio nos preços tanto nos produtos de consumo que o produtor compra para suas atividades e também com os preços dos produtos agrícolas soja, milho, trigo e feijão a cooperativa serve como referência. **(out 2018 em entrevista para Tiago Franciscon)**

Sobre o tema êxodo rural Dal Magro destaca que:

“É uma questão muito complicada de se combater no município de Viadutos, pois percebe-se que as famílias estão em casa somente o casal, e a média de idade já está bastante alta. Haja visto que os filhos saíram de casa para buscar desafios diferentes, para buscar trabalhos na cidade tendo em vista que os pais muitas vezes não deram oportunidade para seu filho dar continuidade obtendo uma sucessão familiar dessa propriedade. O problema não é somente o município de viadutos mas é de toda a cadeia agrícola uma saída muito grande dos filhos do campo para a cidade. No meu ponto de vista, deveríamos ter um trabalho ou um programa do poder público para buscar atender esses jovens que estão na propriedade e buscar ter algum retorno dos jovens que saíram para dar continuidade na propriedade do agricultor, algum incentivo diferenciado para que o jovem fique no campo. Na cooperativa o trabalho é muito forte nessa área, incentivando jovens através de treinamentos, orientando os jovens a buscar conhecimento, a buscar iniciativas que diferenciam a atividade nas propriedades de seus pais incentivando a sucessão familiar.” **(out 2018 em entrevista para Tiago Franciscon)**

Ao ser questionado sobre a situação dos agricultores quando a cooperativa aqui se instalou, destacou que:

“O que nos encontramos percebemos na região do Rio Grande do Sul com a nossa chegada foi um produtor desacreditado com relação à cooperativas claro que esse descrédito que houve foi por motivo que a Cotrel acabou tendo seus problemas financeiros e não atingindo as necessidades dos produtores, um produtor com falta de assistência tanto assistência técnica quanto assistência de trabalhos diferenciados e isso é muito ruim para o setor agrícola, outra questão que foi percebido muitas empresas privadas entraram na região explorando essa deficiência e lucrando muito com venda de produtos isso também é muito ruim para a atividade agrícola e para os produtores que ali sobrevivem com sua atividade, tanto com o leite, como as atividades de milho, soja, trigo. O nosso grande desafio é fazer com que o produtor entenda os motivos que a cooperativa Alfa entrou na região os motivos de que uma cooperativa trabalha de forma diferente de uma empresa particular aonde ela tem as responsabilidades sobre as famílias associadas, sobre as atividades agrícola só assim o setor cresce e a cooperativa volta a ter sua credibilidade” (out 2018 em entrevista para Tiago Franciscon)

As cooperativas vêm desenvolvendo um papel essencial na agricultura. A associação entre diferentes produtores não só facilita a obtenção de utensílios que auxiliam na produção como também barateiam o custo transacional desses, aumentando a lucratividade nos negócios. Para os pequenos e médios produtores, o cooperativismo é não só uma oportunidade de se tornarem grandes, mas também um meio de se manterem na atividade rural, tendo em conta o atual cenário agrícola. A cooperativa em si é uma empresa que não depende de subsídio e apoio governamental, sua governança é transparente e com o envolvimento dos produtores. São essas características que propiciam aos agricultores a chance de defender suas margens, aumentar a rentabilidade da sua lavoura, além de capturar novas margens fora da fazenda (logística, exportação e industrialização dos grãos.).

Ser cooperado tem sido cada vez mais lucrativo, não apenas pelo fato da divisão do lucro da cooperativa, mas também porque muitos dos associados acabam se ajudando quando necessário, e também porque muitas destas promovem cursos de capacitação agrícola, para transmitir conhecimentos e novas técnicas de cultivo e assim aumentar a produtividade das propriedades rurais.

O vice-presidente da Aurora Alimentos, Neivor Canton, destaca que o objetivo não é trabalhar para fixar o homem no campo, mas sim para oferecer alternativas atrativas e criar um ambiente para que a sucessão aconteça. “Observamos com satisfação os resultados. Em duas décadas disponibilizando os programas de qualidade atingimos mais de 38 mil famílias e, por consequência, as pessoas reconhecem as conclusões antes não observadas. Ficou para

trás o período preocupante do êxodo intenso para a cidade”. Segundo Canton, o grande mérito dos programas de qualidade está relacionado à adoção de metodologias capazes de auxiliar no desenvolvimento de práticas que proporcionam qualidade de vida no campo. “A Aurora Alimentos e suas cooperativas filiadas contam com a importante parceria do SEBRAE/SC que, conhecendo o sucesso das ações, transformou neste ano o Projeto Encadeamento Produtivo em uma iniciativa nacional. Esse programa conta ainda com o apoio da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (FAESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), SICREDI/RS e SICOOB, além das prefeituras dos municípios por onde passa”. (Acesso on line em agosto 2018)

3 MIGRAÇÃO

Busca-se aqui levantar algumas informações a respeito desse movimento que geram este fenômeno migratório, da mesma forma busca-se conhecer um pouco da trajetória percorrida por estas famílias que abandonam o campo, procurando estabelecer parâmetro pelos motivos as quais deixaram suas propriedades em direção a área urbana, e buscando a identificação do processo ocorrido na região.

3.1 O ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE VIADUTOS-RS



<https://pt.wikipedia.org/wiki/Viadutos> acesso em 15/12/2018

Mapa acima, mostra a localização do Município de Viadutos no Alto Uruguai Gaúcho.



O nome Viadutos é decorrente das numerosas pontes metálicas existentes no município, cerca de 18, e por onde o trem da estrada de ferro Rio Grande São Paulo percorria, até o ano de 1980, quando suas atividades foram encerradas.

O povoamento das terras do atual município de Viadutos teve início por volta de 1908, com a chegada de descendentes italianos e poloneses, que se fixaram onde hoje se encontra a Sede municipal e no segundo distrito, Carlos Gomes. Com a construção da estrada de ferro ligando Marcelino Ramos a Santa Maria, vários operários da ferrovia, que também trabalharam na ponte sobre o Lajeado Anta Mansa, por ali acamparam, provocando o surgimento das primeiras casas comerciais. Em 1934, foi fundada a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus. O topônimo deve-se ao fato de, na estrada de ferro existirem várias pontes, próximas à Sede, ligando Gaurama a Marcelino Ramos.

Como podemos analisar o êxodo no município vem se desenrolando há muito tempo, a prova disso está ressaltada no livro *Colonos na Selva*, em seu contexto geral, escrito e vivido por João Weiss, retrata a vinda de sua família de imigrantes oriundas de Munic Alemanha, para as terras virgens do Norte Gaúcho, para fins de colonização da região, dentro de uma concepção Positivista de branqueamento da raça e progresso. Estes imigrantes devido ao aumento da população urbana e as péssimas condições de vida de uma classe burguesa na Alemanha, assim como um marketing de alta performance produzidos pela Luce Rosa, que prometia terras em condições acessíveis onde a riqueza era preza fácil, fazem com que a Família Weiss venha para o Brasil, em busca da “Terra Prometida”.

Weiss mostra em seu livro que sua vinda não foi nada fácil, as condições do navio eram de péssima qualidade, e sua chegada a Erechim proporcionara muitas experiências novas a qual nunca haviam passado. Em caminhos de trilha e por muitos sofrimentos chegam a seu

destino, ficava a dois dias a pé de Erechim, lote 46 e apresentados por muleiros, no meio do nada somente matas virgens por todos os lados, fazendo a cabeceira do lote com o rio Ligeiro.

Sua chegada inicialmente fora conturbada, após perderem quase todos seus mantimentos e objetos em sua primeira chuva, passando por altos desafios para sim sobreviverem a tais condições climáticas e físicas. Retratando assim que a falta de conhecimento da geografia, do clima, e de técnicas de plantio e exploração da madeira, fazem com que esta família chegue à beira da falência financeira e moral. Assim a busca de serviços remunerados na cidade de Erechim e o contato com caboclos da região e sua troca de conhecimentos, tornam-se os únicos meios de sobrevivência. Devido seus altos conhecimentos literários João Weiss se instala em Marcelino Ramos onde trabalhou como Carpinteiro e Professor, logo indo para Porto Alegre onde trabalhava de dia e sempre estudou a noite, e assim escrevendo Colonos na Selva retratando a história da família Weiss como imigrante, e suas experiências vividas e contempladas por todos em sua obra.

3.2 O ÊXODO RURAL NA COMUNIDADE DE LINHA QUATRO NO MUNICÍPIO DE VIADUTOS-RS

O nosso objeto de estudo é a comunidade da linha 4 no Município de Viadutos, localizada a cerca de 13 Km da área urbana. Hoje (2018) residem vinte famílias na comunidade onde a agricultura familiar de subsistência é predominante, lotes com média de 30 hectares cultiváveis por unidade familiar delineiam a formação de uma área agrícola voltada a produção de alimentos, atividade leiteira suinocultura e produção agrícola de comercialização de excedentes. Assim a professora Idione Isabel Detoffol retrata a comunidade na obra Viadutos, uma viagem no tempo:

“Comunidade fundada em 1950 por italianos. Os moradores são descendentes dos pioneiros (...) é uma comunidade onde a agricultura é a fonte de renda, soja e milho. Conservam os costumes de seus ancestrais; produzem cana-de-açúcar e dela extraem o açúcar cachaça e doces... Conservam parreiras e delas fazem o vinho para o consumo, são católicos, rezam o terço fazem novenas com a capelinha, jogam baralho, bochas e fazem filós. São solidários e se ajudam muito.” (DETOFFOL p. 24)

Desejamos entender por que o êxodo rural na comunidade é elevado, onde constatamos a saída de 10 unidades familiares da comunidade na década de 90 isso equivale a um êxodo de 33.2% da população rural da comunidade, contando somente por unidades familiares, sem

mencionar o grande número de jovens que saíram deixando suas propriedades e famílias o que levaria a um êxodo de 60.7% da população da comunidade.

Busco compreender o que levou estas famílias a abandonarem suas terras seus costumes suas tradições e crenças, para onde se dirigiram e como vivem estas famílias em seus contextos sociais na atualidade. Para isso foram entrevistadas 10 unidades familiares que deixaram a comunidade, para fins de pesquisa e compreensão da razão e porque deixaram suas terras, trazendo dados de pesquisas para a comprovação do movimento ocorrido na região, e buscando compreender por que foi tão forte está leva de migração ocorrida na comunidade. Para o desenvolver da pesquisa foi feito um questionário para a busca de dados e informações onde os envolvidos responderam o mesmo. Foram entrevistados 10 unidades familiares que deixaram a comunidade da Linha quatro.

3.3 A CENTRALIDADE DO TRABALHO

Com este trabalho quero compreender o que levou estas famílias a abandonarem suas terras, seus costumes, suas tradições e crenças, para onde se dirigiram e como vivem estas famílias em seus contextos sociais na sua atualidade. Para isso foram entrevistadas 5 das 10 unidades familiares a qual deixaram a comunidade, para fins de pesquisa e entendimento da situação a qual deixarão suas terras, trazendo dados de pesquisas para a comprovação do movimento ocorrido na região, e buscando compreender por que foi tão forte esta leva de migração ocorrida na comunidade.

3.3.1 UNIDADE FAMILIAR 1 – FAMÍLIA HERMES FRANCISCON.

A unidade familiar teria deixado a comunidade no dia 16 de agosto de 1996, devido a uma oferta de trabalho ocorrida no Município de Concórdia. A família era de 5 membros todos viviam da produtividade de suas terras que eram de áreas cultiváveis 3 alqueires de terra o que equivaleria a 7 hectares e meio de áreas cultiváveis, e vinham enfrentando grandes problemas financeiros. A renda familiar de acordo com o entrevistado somando tudo, soja, um pouco de milho, um pouco de feijão e alguns litros de leite geraria em torno de 300 sacas de soja, o que vale hoje a R\$22.800 anuais, mas desse valor era tirado todo o custo de produção, incluindo herbicidas, insumos e alimentação animal. Isso daria em torno de 50% de margem de lucro limpo em dinheiro que equivaleria hoje aproximadamente R\$11.400 anuais, o que era dividido

em doze meses que gerava o equivalente a R\$950,00 mensais, sendo que o mesmo era dividido entre cinco membros da família, o qual gerava R\$ 190,00de renda pessoal. Sua renda familiar hoje é de 50 sacas de soja, o que equivale a R\$3.800 limpo ao mês, de acordo com o mesmo “isso já seria um grande motivo de ter deixado a propriedade para ir para outro lugar”.

O mesmo ao ser questionado sobre os motivos por que deixou a propriedade rural diz que “o motivo foi falta de incentivos do governo, falta de recursos pra gente investir em cima da propriedade e construir algum chiqueiro, aviário, alguma coisa assim ou até mesmo um gado de leite, então eu acho que o motivo teria sido mesmo a falta de incentivo e recurso”. Destaca ainda que “não, não me arrependo de sair, pois aqui fora a gente teve oportunidade que nunca tive na propriedade da gente, vivemos trabalhando bastante, mas vivemos bem e feliz no quesito emprego, por mais que não temos um bem capital, mas eu sou feliz”.

3.3.2 UNIDADE FAMILIAR 2 – FAMÍLIA BOLZAN PIGATO

Nesta unidade familiar não foram adquiridas muitas informações, porém o mesmo relata que vivia com de 10 hectares de terras cultiváveis e as primeiras a sair da propriedade foram suas duas filhas que se mudaram para o município de Concórdia a fim de estudar. E após as mesmas se estabelecer no município a família com problemas financeiros, se muda para lá a fim de melhorar suas condições de vida e oportunidade de trabalho. Ao ser questionado sobre como vivem atualmente, o mesmo relata que “não me arrependi não, eu quis vir morar pra Concórdia, pois aqui tem bastante serviço e o salário é melhor do que trabalhar com agricultura, minhas filhas estudam todas aqui por isso tô aqui hoje e tô bem e tô feliz”.

3.3.3 UNIDADE FAMILIAR 3 – FAMILIA NELSA PIGATO

Na unidade familiar de Nelsa Pigato constata-se que a mesma havia cerca de 12,5 hectares de terra sendo apenas cerca de 7 hectares cultiváveis. A mesma relata que em função da morte do marido acabou ficando sozinha na propriedade, não conseguindo produzir e com suas finanças precárias, a mesma decide pela venda da terra para a aquisição de um imóvel na área urbana. Aponta também que suas 5 filhas haviam se mudado para o município de Concórdia. Estando sozinha Nelsa afirma que não havia como manter a propriedade embora

tenha tentado por alguns anos, assim decidiu mudar-se para a cidade onde compraria um lote e uma casa com a venda da propriedade rural.

Afirma também que na propriedade rural mal conseguia se manter e com a morte do marido o dinheiro para sua subsistência era praticamente a pensão que recebia do falecido marido. Ao se mudar para a cidade de Viadutos onde reside atualmente a mesma afirma que está em uma situação melhor do que vivia no campo, onde lazeres como baralho, bailes de terceira idade e acesso as práticas religiosas lhe fornecem conforto para uma vida digna e de convivência tranquila e que se mantém com a pensão adquirida pela morte do marido e seu aposento a qual recebe pelos anos na agricultura.

3.3.4 UNIDADE FAMILIAR 4 – FAMILIA OSTROZSKI

A família Ostrozski se muda para o Município de Viadutos no ano de 2002 devido à falta de saúde dos mesmos e as condições financeiras a qual a família estava enfrentando, sem condições de trabalhar na lavoura e com poucos rendimentos, os mesmos decidem vender a propriedade rural que havia pouco mais de 10 ha para outra família que ali vieram residir, para desenvolver uma atividade urbana, onde o mesmo seria atendente de bar. A renda da família na propriedade rural era cerca de 300 reais mensais onde eram divididos em 3 pessoas na unidade familiar, atualmente a renda da família gira em torno de 900 reais mensais por pessoa, onde declara que vive muito bem com a sua família e que vive mais tranquilo do que vivia-se na área rural

3.3.5 UNIDADE FAMILIAR 5 – FAMILIA SCHAFER

A família Schafer decide deixar a área rural pelo motivo da profissão a qual o patriarca da família exercia e aprendeu, além de agricultor o mesmo desenvolveu a profissão na construção civil onde exercia nas horas e períodos de entre safras. Os motivos reais ressalta Shafer “preços baixos dos produtos e terra imprópria para o cultivo da soja, milho, por ter muita ladeira e laje” o mesmo enfatiza que “eram por volta de 12.5 ha de terras para o sustento da família de cinco pessoas e a nossa renda era por volta de 2 salários-mínimos para sustentar toda a propriedade e a família”. O mesmo ainda afirma que hoje sua renda gira em torno de 3 salários-mínimos somente a dele fora a dos filhos e da esposa que também trabalha. Também Shafer enfatiza que:

“...além de pouca terra a produção era pouca e não havia nem um incentivo à agricultura, como também o preço baixo do leite, eu que me faria ter ficado era adquirir mais terras e máquinas para cultivo e ter incentivo nos preços dos produtos. Não me arrependo de ter saído de lá por que se sofre menos na minha profissão e aqui é melhor pois lá minha terra era toda feita braçalmente feita.”

3.3.6 UNIDADE FAMILIAR 6 – FAMILIA SERGIO BOCCA

A família Bocca decide deixar a comunidade em vista de oportunidade de trabalho em um polo industrial na cidade de Concórdia, com trabalho certo para o patriarca a família decide vender o imóvel de 5 há para assim recomeçar a sua vida na cidade. Em relatos os mesmos afirmam que vivem melhor, todos da família trabalham e tem renda independente, o patriarca da família diz estar satisfeito apontando que tem conseguido formar um de seus filhos em direito, “oportunidade está que morando na comunidade de linha 4 jamais meu filho teria, afirma o mesmo.”

Ao ser questionado sobre a renda da família na propriedade o patriarca da família afirma que não havia dinheiro nem para pagar a luz, sendo que sua renda ficava por volta de 300 reais mensais, e que sobreviviam com a agricultura de subsistência e dias de serviços proporcionados por vizinhos, sendo que hoje a renda por integrante da família não baixa de dois salários mínimo por pessoa.

3.3.7 UNIDADE FAMILIAR 7 – FAMILIA DE JANDIRO FRANCISCON

A família Franciscon decide deixar a comunidade devido a sua elevada idade, tendo seu dois filhos não residiam mais em casa os mesmos decidem abandonar a comunidade para se instalarem mais próximo da cidade, em uma chácara no município de Viadutos adquirida com o passar dos anos, onde tem mais recursos para manter uma atividade social mais ativa. A renda do casal já era antes de saírem de sua propriedade o aposento benefício do governo, contudo o casal ainda mantem sua propriedade rural onde ganham o arrendo das terras a qual está sendo cultivada por um filho e um genro. A propriedade conta com 20 há de terra no total.

3.3.8 UNIDADE FAMILIAR 8 – FAMILIA PEREIRA DUARTE

A família Duarte deixa a propriedade em função de dívidas contraídas com o passar dos anos no banco local, a mesma é obrigada a deixar a propriedade e dirigir-se ao Município de Gaurama. Inicialmente alugam uma casa para morar e depois conseguem adquirir terreno próprio. Ao ser questionado sobre a renda da família não dera detalhes. A propriedade era de 12,5 há de área total.

3.3.9 UNIDADE FAMILIAR 9 – FAMÍLIA DE VINICIOS BOCCA

Na unidade familiar Bocca, em contato com membros da família os mesmos relatam que a decisão de ir morar na cidade de Viadutos se deu a partir de não conseguirem manter mais a propriedade fundamentada em cima da produção leiteira, queda do preço do leite e dívidas contraídas para aquisição de vacas para o aumento do plantel, a dívida contraída virou um bolo de neve a qual a família mesmo com renda 4 salários mínimos não conseguia manter a propriedade, sendo que suas dívidas com o Banco do Brasil só aumentavam. Assim o patriarca da família decide vender a propriedade de 12,5 há, quitando assim as dívidas com o banco e adquirindo um lote na cidade de Viadutos, onde o mesmo passa a trabalhar como servente de pedreiro obtendo uma renda mensal de dois salários mínimo para o sustento da sua família. De acordo com o patriarca o que manteve mesmo a família durante anos no campo, fora o benefício dos avós que moravam na mesma casa.

3.3.10 UNIDADE FAMILIAR 10 – FAMILIA FRANZEM

A família Franzem decide deixar a propriedade rural para se deslocar para o Município de Concordia, onde a mesma passa a adquirir um lote e uma casa com o dinheiro da venda do imóvel rural. O patriarca da família passa a trabalhar como servente de pedreiro ganhando dois salários mínimos, dinheiro este que sustentaria inicialmente sua esposa e três filhos. De acordo com um dos filhos da família “a renda na propriedade era zero pois não havia espaço para a planta de culturas sendo que o pai já trabalhava fora para nos manter naquela época, hoje todos da família tem renda, dá para viver muito bem”.

Unidade familiar	Renda familiar mensal em R\$	Menbros familiares	Ha por propriedades
------------------	------------------------------	--------------------	---------------------

Unidade familiar 1	950,00	5	7
Unidade familiar 2	Não informada	5	10
Unidade familiar 3	Não informada	1 viúva	12,5
Unidade familiar 4	300,00	3	10
Unidade familiar 5	1900,00	5	12,5
Unidade familiar 6	300,00	4	20
Unidade familiar 7	1900,00	4	12,5
Unidade familiar 8	Não informada	5	12,5
Unidade familiar 9	5988,00	7	12,5
Unidade familiar 10	1900,00	5	4

4 ANALISE GERAL

Cabe agora analisar alguns pontos mais importantes do trabalho de pesquisa desenvolvido por mim. Os dados revelam uma intrínseca relação entre elementos culturais, políticos sociais e econômicos, além de revelar um descaso por parte de nossos políticos com a situação no campo e com agricultores familiares no Alto Uruguai.

4.1 REFLEXÃO SOBRE O ÊXODO RURAL

Destaco que sou filho de agricultor e trabalho numa cooperativa, a Cooperalfa aqui no município de Viadutos. Isso possibilita que eu converse diariamente com os agricultores familiares, aliado ao fato de ter sido morador e trabalhador rural. O grande êxodo vivenciado nos municípios vizinhos e especialmente o da Linha 4, despertou meu interesse pela questão.

A aprendizagem possibilitada por meio desta pesquisa em particular das entrevistas e conversas informais com produtores da nossa região sendo que o momento é de indignação e insatisfação com as políticas adotadas pela atual situação governamental e políticas agrárias em nosso país. Mais que um estudo de pesquisa que dediquei muito tempo, este processo de compreensão da nossa região nos alerta para uma política liberal de exploração do pequeno camponês, materializada nas empresas independentes instaladas na região. A agricultura da região sem dúvida vem sofrendo com o forte avanço capitalista de produção onde o lucro e o individualismo transformam o cenário no campo provocam duas situações: ou em áreas desertas, ou em mini fundios que acabam sendo abandonados por pequenos produtores que não aguentaram mais o descaso e deixam suas propriedades.

O fenômeno migratório deve ser visto como um “fator social” amplo, “totalizante” do mundo atual, de experiências humanas de mudanças sociais (aspirações e emancipações) que refletem múltiplas relações, dimensões políticas, religiosas e indenitárias de ambas as sociedades envolvidas. É uma dinâmica que não possui um só vetor e nem um só espaço e tempo; alimenta-se por múltiplos processos do mundo contemporâneo. (TEDESCO e GRZYBOVSKI, 2011 P. 337)

Existe uma grande dificuldade de manter as pessoas no município, jovens estão abandonando as propriedades rurais e seguindo para polos industriais para buscar por melhores condições de vida, sendo que o pequeno Município não suporta a mão de obra excedente na região. Piran, propõe um “sistema de diversificação e cooperação como alternativa, para a agricultura familiar”. Um sistema de cooperação que transpasse o sistema de ajuda mútua, mas que abrange até organização de mercados, para fins de controlar os preços, melhor preço de compra e venda, maior facilidade de acesso ao crédito e assistência técnica, novas tecnologias com menor custo.

Com a não permanência de jovens na terra, pois os mesmos saem inicialmente para estudar e acabam não voltando, pois encontram no perímetro urbano muito mais que fontes de subsistência oferecida pelo capital, mas também, considero que há uma elevação no conforto e socialização de diferentes ordens atrativas para a permanência no perímetro urbano. Assim, acredito que até por volta de 2030, isso não significará tanto para os próximos anos, porém com a população envelhecida no campo impactara profundamente as relações sociais e comerciais, todavia, para um futuro próximo o capital reestruturara os moldes de produção da região do Alto Uruguai. A saída vai além de ofertar e fomentar subsídios, implementar agroindústrias familiares, ou a cooperação como Piram aponta, mas sim tentar tornar atrativo

a permanência de jovens, dando oportunidades iguais, com condições dignas de trabalho, não excedendo horas trabalhadas, e acesso as tecnologias, como a internet e veículos, moradias dignas, e a própria educação.

Pode-se afirmar também que a reflexão sobre o êxodo rural, vai além de problemas financeiros, mas abrange também a questão do isolamento cultural, onde não há mais vida social no meio rural, como exemplo podemos apontar o namoro, a internet, os times de futebol, as associações comunitárias, ensinos profissionalizantes, acesso à educação e a convivência social num todo. Até a década de 70 uma família se mantinha em 25 ha de terra, ou seja, sem muito custo de vida conseguia produzir para sua subsistência e gerava um excedente para a comercialização, com os crescentes custos para produzir e elevarem e nem todos conseguem fazer estes investimentos. Também pode-se enfatizar que com a mecanização as propriedades que não suportam investimentos, como aviários, mais cabeças de gado, mecanização, e pequenos terrenos ociosos ou declive, são incorporadas por propriedades vizinhas ou de fora, simplesmente por não gerar sucessores.

As propriedades comandadas patriarcalmente também tem fortes indícios de participação nesta conjuntura, os pais normalmente não aceitam as novidades, assim, os filhos ao detectarem isso saem por vontade própria, percebendo que ali não há mais espaço para sua existência enquanto ser, e com expectativas de vida e percebendo que os pais não darão uma oportunidade imediata de sucessão, abandonam a mesma. Os poucos que retornavam ao campo o fazem porque lhes foi possibilitado á sucessão na administração da propriedade. Suponha-se que isso seja uma herança cultural do resultado de um processo de colonização, onde há um cuidado extremo com a tomada de dinheiro emprestado, para não comprometer a terra, pois a mesma não é só um meio de produção, mas sim, um espaço para a vida e a terra tem um carácter de sentimentalismo. O que fica claro é que não há uma política agrícola para se manter o homem no campo, o que há, na verdade são políticas de créditos, dando dinheiro para quem não merece e endividando gente séria que não consegue dar o giro pela baixa produtividade. Quem está na integração está sendo explorado e quem circunda por fora está abandonado. O resultado disso é uma erosão cultural onde perde-se os conhecimentos e isso requer uma revitalização no meio rural. Os que ficam na terra são pelo aposento que se aproxima, os jovens vão embora, não havendo uma política pública de ordenação e assentamento dos mesmos, sendo que no caso considera-se o Banco da Terra inviável na sua captação de recurso. As leis estão engessando os pequenos projetos, pois tudo o que não

estiver registrado, não poderá ser comercializado, acabando com a autonomia da família ou a massificação da produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe agora apontar alguns aspectos levantados ao longo da realização deste trabalho. Em primeiro lugar destacamos a importância desta pesquisa realizada no Município de Viadutos, onde a pequena propriedade rural é dominante, e muitos produtores de uma agricultura familiar de subsistência ainda resistem a um avanço compulsório de um capitalismo de produção desenfreado e sem controle que envolve a sociedade no geral, toma conta aos poucos deste pequeno Município.

Esta pesquisa de forma geral serve de alerta as autoridades e também órgãos estatais, e como forma de questionamento as direções tomadas em nosso país sobre questões agrárias que circundam os meios de produção sustentável e com direitos de cidadãos protegidos, garantindo qualidade de vida e condições dignas para o trabalho no campo. Também entende-se por esta pesquisa, questões relativas a estrutura fundiária e de captação de renda no Município de Viadutos, onde grande parte dos moradores deixam a cidade para fazerem

investimento em outros municípios onde buscam melhores atuações e renda de seus investimentos. Também serve de alerta para jovens que queiram deixar suas propriedades rurais em busca de melhores condições de vida a reivindicarem seus direitos de permanecer no campo, mas com condições dignas de trabalho e principalmente acesso à educação e a tecnologias disponíveis no mercado.

Em se referindo a questão levantada do Município de Viadutos, ressaltamos que sem grandes investimentos em uma área industrial e um efetivo investimento financeiro de órgãos estatais e empresas privadas não absorverão a mão de obra excedente no município, e este movimento de pessoas em direção aos polos industriais como as cidades de Erechim e Concórdia não cessarão de imediato, alavancando o êxodo rural, pois os produtores do setor primário não tem nem como comercializar seu excedente de forma onde seus produtos seja avaliado de forma digna e compatível com o mercado. Caem assim em mãos de empresas privadas onde almejam o lucro e o individualismo, esquecendo que vidas de pessoas e seus trabalhos dependem de uma produção basicamente agrícola e monocultora.

De acordo com as entrevistas desenvolvidas neste trabalho pode-se notar que todas as famílias alegaram que não tinham condições de manter suas propriedades. Embora quisessem as mesmas são forçadas a venderem o único bem que tem para sua subsistência que é a terra. Muitos durante a pesquisa afirmam que não havia apoio dos governos para que os mesmos pudessem estabelecer-se na propriedade com investimentos em uma atividade rentável, e mesmo os que se mantiveram por muitos anos com problemas relacionados a queda do preço do leite e aumento de setores primários como o milho e a soja abandonaram a atividade leiteira pois a mesma gerava e gera prejuízos aos produtores. Aos que se mantêm na atividade acredita-se que seja por que já estão estruturados financeiramente para suportar a crise, ou estão com idade elevada para iniciar outra atividade.

Assim vale enfatizar que para essas famílias no interior do Município de Viadutos, o maior problema concretizado para as famílias foram a falta de políticas públicas para que seus afazeres tivessem ganho real financeiramente, orientação e créditos rurais para investimentos em suas propriedades.

Sim é possível ficar no campo. Este trabalho aponta de forma crítica para que se olhe um pouco mais para o campo fortalecendo quem já está consolidado, com bases de produção organizadas, mas que também haja um incentivo com viés de atividade agrícola e pecuária para jovens e residentes que gere sustentabilidade. Porém a questão do êxodo rural pode-se assim afirmar que existem muitas causas e em muitas regiões se dá de forma diferente, porém

de todos os entrevistados com quem tive a oportunidade de dialogar nenhuma família relata ter se arrependido de ter deixado a área rural muito pelo contrário os entrevistados, repito “todos” afirmam estarem melhor no perímetro urbano, com condições de vida melhores que quando estavam no campo.

Durante a pesquisa de campo o que me chamou mais a atenção, sem dúvida, foi uma espécie de mutirão para a produção de silagem em uma comunidade do Município de Viadutos onde, um grupo de agricultores se uniram e decidiram pela ajuda mútua, onde vários tratores e pessoas estavam reunidas para a produção de silagem. Ao serem questionados sobre o fato, os agricultores afirmaram que a ajuda mutua tem sido recorrente na comunidade e os mesmos desenvolvem as atividades em uma propriedade e ao ser solicitado retribuem o favor levando consigo equipamentos e máquinas para o manejo.

Isso revela que embora viver no campo e trabalhar com atividades agrícolas e pecuárias, requer mão de obra especializada, em constante aperfeiçoamento, como, conhecimento dos novos métodos de processos agrícolas e pecuários, acesso as tecnologias existentes tanto para a produção quanto para o lazer, adaptação constante ao mercado de produtos que estão anualmente se modificando, incentivo orçamentário pelo estado, a participação ativa sindicalmente e cooperativamente como meio, formas de luta por direitos e melhores condições de venda de excedentes é fundamental.

REFERÊNCIAS

CUOCHINSKI, Silvania. **O campo rejuvenesce**. Disponível em:

<<http://auonline.com.br/web/noticia.php?id=34129%7Co-campo-rejuvenesce>>

DEL GROSSI, Mauro e MARQUES, Vicente. **Agricultura familiar no Censo 2006: a construção da variável derivada (no prelo)**.

DETOFFOL, Idione, Isabel. GARCEZ, Neusa C. **Viaductos, uma viagem no tempo**. ed, Graffoluz. 160 p.

DINIZ, Abílio. **O que fazer para diminuir o êxodo rural?** Disponível em

<<http://www.emater.ro.gov.br/siteemater/arquivos/publicacoes/13042011110759.pdf>>

acesso em 27 maio de 2018.

EMATER/ASCAR. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area->

[tecnica/agregacao-de-valor/agroindustria-familiar.php#.XAfyiWhKjIU](http://www.emater.tche.br/site/area-)> em 25 maio de 2018.

FROEHLICH, M, José; DIESEL, Vivien. **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos**. Ed. 2°. Ijuí: Unijuí. 2009. 192p.

HOFFMANN, R. GRAZIANO DA SILVA, J.(1999) O Censo Agropecuário de 1995-1996 e a distribuição da posse da terra no Brasil. **IN: Anais do XXXVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, agosto de 1999, Foz do Iguaçu – PR.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: MPOG, 2009.

INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil redescoberto. **Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO**, 2000 (FAO/BRA 036).

PIRAN, Nédio. **Agricultura Familiar**. Lutas e Perspectivas no Alto Uruguai. Erechim, EDIFAPS, 2001. 192 p.

TEDESCO, João Carlos; GRZYBOSKI Denise. Dinâmica migratória de senegaleses no norte do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de estudos de população**, vol. 30. n° 1, São Paulo, Jan/Jun 2013. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982013000100015>> Acesso em 20/07/18.

- ASSIS, Gleyson Nunes de. **Lyndolpho Silva e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB (1954-1964)**. XII Encontro de História, Rio de Janeiro.
- BONATO, Amadeu Antonio. **O DESER na história das organizações da agricultura familiar da região sul**. In Revista do DESER 15 anos, Curitiba, 2003.
- BRANCHER, Paulo Cesar. **Sindicalismo Rural: Organização, Estrutura Sindical e Perspectivas**. In revista IFAS, Goiânia, 2002.
- CPO NACIONAL. **A classe operária e o movimento sindical do Brasil – roteiro para curso de formação sindical**. São Paulo, 1985.
- GIANOTTI, Vito. **Cem anos de lutas da classe operária no Brasil 1880-1980**. Informar Cultura & Educação Popular, São Paulo, 1990.
- FETRAF-SUL/CUT. **Resoluções do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul**. Chapecó, 2001.
- FETRAF-BRASIL/CUT. **Resoluções do I Congresso da FETRAF-BRASIL/CUT**. Brasília, 2005.
- FETRAF-BRASIL/CUT. **Construindo um sindicalismo forte e de lutas**. Brasília, 2014.
- FORUM SUL DOS RURAIS DA CUT, ESCOLA SUL DA CUT, e DESER. **Movimentos Sociais no Campo**. Caderno 7 do Projeto Terra Solidária. Florianópolis, 2000.
- LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida\SP: Ideias & Letras, 2006
- MEDEIROS, Leonide Servolo de. **A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. Rio de Janeiro, 2009.
- SILVA, Marcos Rodrigues e REICH, Leonida. **A FETRAF-SUL/CUT e o Novo Sindicalismo**. Chapecó, 20
- WEISS, João. **Colonos na Selva**. Conto de um imigrante no Sul do País. Ed, própria do autor. Rio de Janeiro. 155 Pg.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

1 Sobrenome da família?

2 Quando e como se deu a decisão de deixar a propriedade rural?

3 Quais os motivos reais?

4 Quanta área de terra havia para o cultivo em suas propriedades?

5 Qual a sua renda na propriedade e sua renda atual?

6 O que levaria na ocasião a não deixar a comunidade?

7 Você se arrepende de ter deixado a área rural da comunidade de linha 4 Viadutos? por que?

8 Como vivem atualmente?

ANEXO A – FOTOS DAS PROPRIEDADES ABANDONADAS EXISTENTES NA LINHA 4 AGORA EM 2018

Família Skiavi



Família Bocca**Família Franciscan**

Família Nichetti**Família Francison**

Família Shafer**Família Pigatto**

Família Viadevski**Família Duarte**

Escola Municipal São Sebastião (abandonada).

